

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.395.311 - SP (2013/0241506-1)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : PAULO GONCALVES DA COSTA JR E OUTRO(S) - SP088384**  
**RECORRIDO : DAUCY DO BRASIL LTDA**  
**ADVOGADO : TERESA CRISTINA DE DEUS ALVES E OUTRO(S) - RJ119330**

## DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado pela **Fazenda do Estado de São Paulo**, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 187):

*REEXAME - Alçada - Artigo 475, § 2º, CPC - Não conhecimento.*

*MANDADO DE SEGURANÇA - ICMS - Isenção - Vegetais congelados importados da França - Desnecessidade de produção de prova pericial - Processo denominado "branqueamento" que não implica em modificação do estado natural dos alimentos - Com efeito, o congelamento e acondicionamento do produto em embalagens não configuram industrialização e sim mera adaptação para o transporte - A França é país signatário do GATT, assim como o Brasil - Mercadoria importada de país signatário do GATT é isenta do ICMS, quando contemplado com esse favor o similar nacional - O produto similar nacional goza de isenção nos termos do art. 8º do RICMS - Extensão da benesse ao produto importado da França.*

*Recurso oficial não conhecido e recurso voluntário da FESP improvido.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados, com aplicação da multa do art. 538, parágrafo único, do CPC/73 (fls. 207/216).

A parte recorrente aponta violação aos arts. 111, II, do CTN e 538, parágrafo único, do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: (I) "*o reconhecimento de que os produtos importados foram beneficiados e aperfeiçoados para consumo os diferencia das mercadorias nacionais beneficiárias de isenção fiscal, afastando a possibilidade de que se possa reclamar validamente tratamento igualitário para os produtos*

# Superior Tribunal de Justiça

*estrangeiros"* (fl. 230), acrescentando que o art. 2º, II, do Decreto-Lei 986/69 dispõe acerca da definição de produto *in natura*, no qual não se enquadrariam os vegetais importados; (II) os embargos de declaração teriam sido opostos com o intuito de prequestionar o art. 111, II, do CTN, não devendo incidir a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 237/244.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

A Corte de origem negou provimento à apelação da ora recorrente, mantendo o reconhecimento da isenção para os produtos vegetais importados da França, com base nos seguintes fundamentos (fls. 189/192):

*Trata-se de mandado de segurança impetrado pela apelada visando a liberação e desembaraço de vegetais congelados, sem a necessidade do pagamento de ICMS.*

*A segurança foi concedida pelo juízo monocrático (fls. 158/160).*

*Não se cogita da necessidade de produção de prova pericial.*

*De fato, as fotografias (fls. 143/146) e as descrições dos produtos importados são suficientes para constatar que os vegetais estão em estado natural.*

*Com efeito, conforme Parecer Técnico do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas), "os produtos mantêm-se em estado natural. A observação de manutenção das suas características quanto à cor, textura, sabor e aroma, após o descongelamento das amostras confirma isso. Porém, frise-se, isso ocorre pela maneira como foram congelados, que ocorreu pelo processo de congelamento rápido, e também devido a uma outra etapa nos seus preparos, que é o chamado branqueamento (...) Na área de tecnologia de alimentos, produtos que se apresentam congelados, tendo sido processados por branqueamento, são classificados como alimentos minimamente processados".*

*Conclui-se que os vegetais receberam somente o tratamento*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*imprescindível para assegurar adequadas condições de consumo.*

*Com efeito, o congelamento e acondicionamento do produto em embalagens não configuram industrialização e sim mera adaptação para o transporte.*

*Neste sentido:*

*"A alegação de que o produto em questão não se encontra em estado natural, mas industrializado, já que desidratado e acondicionado em sacos, não pode ser acolhida, pois se trata de ervilha em grãos, o que indica estar o produto em estado natural. O fato de estar o produto desidratado e acondicionado em sacos não importa reconhecer que passou por processo de industrialização, mas por processo de acondicionamento para fins de transporte. Ademais, a se acolher a tese defendida pela Fazenda nenhum produto seria merecedor de isenção, uma vez que, qualquer que seja o produto, deve ele, necessariamente, passar por processo de acondicionamento adequado as suas características (desidratação, resfriamento, congelamento, salgadura, envasilhamento, ensacamento etc), a fim de ser transportado, quase sempre por longas distâncias, e chegar ao seu destino em condições /de consumo adequadas." (AC nº 994.03.051609-9 - Voto nº 16.160-Rel. Renato Nalini)*

*Ressalte-se que o produto similar nacional "in natura" goza de isenção nos termos do art. 8º do RICMS.*

*E, a França é país signatário do GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, assim como o Brasil.*

*Dentre as normas do GATT-1994, encontra-se a que prevê que "os produtos de qualquer Parte Contratante importados no território de outra Parte Contratante serão isentos da parte dos tributos e outras imposições internas de qualquer natureza que excedam aos aplicados, direta ou indiretamente, a produtos similares de origem nacional" (parte II, artigo III, "Tratamento nacional em matéria de impostos e de regulamentação internos").*

*Tanto o STJ quanto o STF possuem súmulas estendendo benefícios tributários a mercadorias importadas, quando garantidos a similares nacionais, desde que provenientes de país adstrito às regras de comércio de mercadorias previstas originalmente no âmbito do GATT, hoje incorporadas às da OMC.*

*(...)*

*Dessa forma, uma vez concedida isenção ao produto similar de origem nacional, é de rigor a extensão da benesse ao produto importado de país signatário do GATT.*

# Superior Tribunal de Justiça

A alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem de que os produtos importados, de acordo os documentos acostados aos autos, deveriam ser considerados como em estado natural, por apenas terem sofrido tratamento necessário para assegurar adequadas condições de consumo, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Além disso, o Tribunal local analisou a questão da configuração do branqueamento, congelamento e acondicionamento em embalagens como mera adaptação ao transporte, e não industrialização, com base no Parecer Técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT, nada tratando acerca da aplicação do disposto no art. 2º do Decreto-Lei 986/69 e nos arts. 3º, 4º, II e IV, e 5º, I, do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, argumentos trazidos nas razões recursais. Assim, tais aspectos esbarram no óbice da Súmula 356/STF, por não terem sido apreciados pela instância judicante de origem, além de não terem constado dos embargos declaratórios opostos para suprir eventual omissão.

Ademais, o exame da adequação dos produtos à regra isentiva, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local - RICMS do Estado de São Paulo -, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("*Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*").

No tocante à multa imposta no julgado integrativo, o recurso merece prosperar.

Com efeito, a condenação à penalidade prevista no parágrafo único do art. 538 do CPC/73 exige que os embargos aclaratórios sejam "*manifestamente protelatórios*", o que não se coaduna com a situação dos autos. Portanto, na linha da firme jurisprudência do STJ, a multa imposta em razão da oposição dos aclaratórios deve ser afastada, nos termos da Súmula 98/STJ ("*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.*").

**ANTE O EXPOSTO**, conheço parcialmente do recurso e, na parte conhecida, dou-lhe provimento apenas para afastar a multa do art. 538, parágrafo único,

# *Superior Tribunal de Justiça*

do CPC/73.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator

